

**ENTRE A CANA, O PASTO E
A AGROECOLOGIA:
TERRITÓRIO, CONSTRUÇÃO
SOCIAL DO
CONHECIMENTO E
PERSPECTIVAS PARA O
DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL NA MATA SUL
DE PERNAMBUCO**

**BETWEEN SUGARCANE, PASTURE AND AGROECOLOGY: TERRITORY,
SOCIAL CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE AND PROSPECTS FOR
TERRITORIAL DEVELOPMENT IN SOUTHERN PERNAMBUCO, BRAZIL**

Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas • 29/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/793147968](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/793147968)

Bruno Leonardo Quirino de Oliveira Freitas¹

José de Lima Albuquerque²

Williana Carla Silva Alves³

Maria Zilma Sampaio Rocha⁴

Maria Alexandra Abreu de Sousa⁵

Sangela Maria Pereira dos Santos⁶

Vanessa Sabrina Teixeira de Melo⁷

Raimundo Jackson Nogueira da Silva⁸

Wilka Rosane de Araújo Farias⁹

RESUMO

A Mata Sul de Pernambuco apresenta uma formação territorial marcada pela monocultura da cana-de-açúcar, pela concentração fundiária e por desigualdades sociais e ambientais. A crise do setor sucroenergético e a expansão de outras formas de uso da terra não eliminaram essas estruturas históricas. Este artigo analisa as transformações territoriais da região e discute as contribuições da agroecologia para alternativas de desenvolvimento fundamentadas na agricultura familiar, na participação social e na construção coletiva do conhecimento. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sobre formação histórica regional, crise sucroenergética, agricultura familiar, educação popular e desenvolvimento territorial. A análise indica que a substituição da cana-de-açúcar por outras atividades produtivas não garante, isoladamente, mudanças nas relações sociais e no acesso aos recursos. A transição agroecológica demanda articulação entre diversificação produtiva, organização comunitária, assistência técnica e extensão rural, políticas públicas continuadas e valorização dos saberes locais. Conclui-se que a agroecologia constitui também um processo educativo, social e político, com potencial para fortalecer a autonomia das famílias agricultoras e contribuir para territórios rurais mais justos, resilientes e sustentáveis.

Palavras-chave: Agroecologia; Desenvolvimento territorial; Agricultura familiar; Mata Sul de Pernambuco; Educação popular.

ABSTRACT

Southern Pernambuco has a territorial history shaped by sugarcane monoculture, land concentration, and social and environmental inequalities. The crisis of the sugar-energy sector and the expansion of other forms of land use have not eliminated these historical

structures. This article analyzes territorial transformations in the region and discusses how agroecology can contribute to development alternatives based on family farming, social participation, and the collective construction of knowledge. It is a qualitative, exploratory study conducted through a bibliographic review of the region's historical formation, the sugar-energy crisis, family farming, popular education, and territorial development. The analysis indicates that replacing sugarcane with other productive activities does not, by itself, transform social relations or access to resources. Agroecological transition requires coordination among productive diversification, community organization, rural advisory and extension services, sustained public policies, and recognition of local knowledge. The study concludes that agroecology is also an educational, social, and political process that can strengthen the autonomy of farming families and contribute to fairer, more resilient, and more sustainable rural territories.

Keywords: Agroecology; Territorial development; Family farming; Southern Pernambuco; Popular education.

1. INTRODUÇÃO

A Mata Sul de Pernambuco constitui um dos territórios mais emblemáticos da formação histórica do Nordeste brasileiro. Desde o período colonial, sua ocupação esteve fortemente vinculada à expansão da monocultura da cana-de-açúcar, atividade responsável por estruturar a economia regional, organizar o espaço agrário e estabelecer relações sociais marcadas pela concentração fundiária, pela exploração do trabalho e pela intensa utilização dos recursos naturais. Ao longo de mais de quatro séculos, a economia açucareira consolidou um modelo de desenvolvimento baseado na grande propriedade, na especialização produtiva e na inserção subordinada

da região no mercado internacional, produzindo profundas desigualdades sociais e ambientais que permanecem influenciando a configuração territorial contemporânea. Essa interpretação da formação agrária encontra respaldo em Andrade (2011) e Silva (2020).

A crise do setor sucroenergético, intensificada a partir da década de 1990, provocou importantes transformações na dinâmica produtiva da Mata Sul. O fechamento de diversas usinas e engenhos alterou significativamente as relações de trabalho, favoreceu a criação de assentamentos da reforma agrária e ampliou a presença da agricultura familiar em áreas anteriormente ocupadas pela monocultura canavieira. Entretanto, essas mudanças ocorreram em um contexto marcado pela descontinuidade das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, pela fragilidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural, pelas dificuldades de acesso ao crédito e pelos limites impostos aos processos de diversificação produtiva. A relação entre a crise sucroenergética e a reorganização da agricultura familiar é discutida por Silva (2012).

Mais recentemente, observa-se uma nova reconfiguração territorial caracterizada pela expansão da pecuária extensiva sobre antigas áreas de cultivo da cana-de-açúcar. Embora essa transformação represente alterações no uso da terra, ela não rompe necessariamente com a lógica histórica de concentração fundiária nem com os processos de exclusão social construídos ao longo da formação regional. Ao contrário, evidencia a permanência de modelos produtivos pouco diversificados e reforça a necessidade de estratégias capazes de integrar desenvolvimento econômico, conservação ambiental, inclusão social e valorização das populações rurais. Essa leitura das permanências e disputas pelo uso da terra

dialoga com a concepção relacional de território proposta por Raffestin (1993) e Haesbaert (2019).

É nesse cenário que a agroecologia assume crescente relevância como campo científico, político e educativo. Mais do que um conjunto de técnicas voltadas à produção agrícola sustentável, a agroecologia constitui uma perspectiva que articula diferentes formas de conhecimento, reconhecendo os agricultores familiares como sujeitos ativos na produção, sistematização e compartilhamento de saberes. Fundamentada na participação social, na Educação Popular e na construção coletiva do conhecimento, essa abordagem fortalece processos de autonomia, cooperação e inovação social, ampliando as possibilidades de construção de estratégias territorializadas de desenvolvimento. Sob essa perspectiva, Altieri (2012) e Gliessman (2009) permitem compreender a agroecologia como reorganização ecológica dos sistemas produtivos, enquanto Caporal e Costabeber (2004) ressaltam sua dimensão educativa e social.

Nessa perspectiva, compreender as transformações da Mata Sul exige ultrapassar análises centradas exclusivamente nas mudanças produtivas, incorporando as relações sociais, os processos educativos e as dinâmicas de construção do território. O desenvolvimento territorial passa a ser entendido como resultado da interação entre diferentes sujeitos sociais, instituições e formas de organização coletiva, nas quais o conhecimento produzido localmente desempenha papel fundamental para a construção de alternativas sustentáveis. A valorização do diálogo e dos saberes socialmente produzidos também se aproxima das contribuições de Freire (1983) e Brandão (2006).

Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: como as transformações produtivas ocorridas na Mata Sul de Pernambuco dialogam com a agroecologia enquanto estratégia de construção do desenvolvimento territorial sustentável?

Assim, o estudo tem como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, as transformações territoriais ocorridas na Mata Sul de Pernambuco, discutindo as contribuições da agroecologia para a construção de alternativas de desenvolvimento fundamentadas na agricultura familiar, na valorização dos saberes locais, na participação social e na construção coletiva do conhecimento.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A Formação Histórica da Mata Sul de Pernambuco e a Construção da Paisagem Canavieira

Compreender a configuração territorial da Mata Sul de Pernambuco exige reconhecer que o território não constitui apenas um espaço físico, mas o resultado de processos históricos, relações de poder e formas distintas de apropriação da natureza construídas ao longo do tempo. A organização social, econômica e ambiental dessa região está profundamente associada à implantação da empresa açucareira durante o período colonial, cuja lógica produtiva estruturou não apenas a economia pernambucana, mas também as relações sociais, culturais e políticas que ainda hoje influenciam a dinâmica do espaço rural.

Segundo Silva (2020), a ocupação efetiva da Zona da Mata pernambucana ocorreu a partir da consolidação da economia açucareira, favorecida pela fertilidade dos solos de massapê, pela

disponibilidade hídrica e pela proximidade dos portos marítimos, fatores que possibilitaram a rápida inserção da capitania de Pernambuco no mercado internacional do açúcar. A expansão dos engenhos transformou a região em um dos principais centros econômicos da América Portuguesa, estruturando um modelo produtivo baseado na monocultura, na grande propriedade e na utilização intensiva da mão de obra escravizada, características que definiram a organização do território durante séculos.

Essa dinâmica produtiva promoveu profundas alterações na paisagem natural da Mata Sul. A ocupação do território ocorreu mediante a substituição progressiva da vegetação nativa da Mata Atlântica por extensas áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, alterando significativamente os ecossistemas locais. Conforme destacam Calazans et al. (2023), a expansão dos engenhos implicou intenso processo de desmatamento, tanto para abertura das áreas agrícolas quanto para o abastecimento das caldeiras utilizadas na produção açucareira. Como consequência, a exploração dos recursos naturais tornou-se elemento constitutivo da própria formação territorial da região, cujos efeitos ambientais permanecem perceptíveis na configuração contemporânea da paisagem.

Entretanto, a importância da economia açucareira ultrapassa sua dimensão econômica. Conforme argumentam Calazans *et al.* (2023), os engenhos constituíram verdadeiros núcleos de organização da vida social, política e cultural da Mata Sul, estabelecendo formas específicas de ocupação do território e de exercício do poder. A estrutura organizada em torno da casa-grande, da senzala e das áreas de cultivo materializou relações profundamente desiguais, consolidando uma sociedade marcada pela concentração fundiária, pela hierarquização social e pela exclusão dos trabalhadores do

acesso aos meios de produção. Essas características contribuíram para formar um território cuja identidade histórica permanece fortemente vinculada à cultura canavieira.

Essa interpretação aproxima-se da compreensão de Andrade (2011), para quem a formação agrária nordestina não pode ser analisada apenas pela ótica da produção agrícola, mas sobretudo pelas relações sociais estabelecidas em torno da propriedade da terra. O autor demonstra que a predominância do latifúndio monocultor condicionou a organização econômica e política da região, limitando o desenvolvimento de sistemas agrícolas diversificados e restringindo a autonomia das populações rurais. Dessa forma, a concentração da terra tornou-se um dos principais elementos estruturantes das desigualdades que caracterizam o espaço agrário nordestino.

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, essas transformações revelam que o território é permanentemente produzido e reproduzido pelas relações estabelecidas entre diferentes atores sociais. Conforme afirma Haesbaert (2019), o território deve ser compreendido como espaço de múltiplas territorialidades, no qual diferentes sujeitos constroem formas distintas de apropriação, pertencimento e exercício do poder. Assim, a paisagem da Mata Sul não representa apenas o resultado da expansão da monocultura da cana-de-açúcar, mas expressa processos históricos de disputa pelo uso da terra, pelo controle dos recursos naturais e pela definição dos modelos de desenvolvimento predominantes.

Ao longo do século XX, a consolidação das usinas sucroalcooleiras intensificou ainda mais esse processo de especialização produtiva. A

modernização tecnológica da agroindústria fortaleceu a dependência econômica da região em relação à cadeia produtiva do açúcar, reduzindo a diversidade das atividades agrícolas e ampliando a vulnerabilidade econômica dos municípios diante das oscilações do mercado sucroenergético. Conforme observa Andrade (1989), a expansão das usinas promoveu significativa reorganização do espaço agrário pernambucano, ampliando a concentração da produção e reduzindo progressivamente a autonomia das pequenas unidades produtivas.

Entretanto, compreender a Mata Sul Pernambucana apenas a partir da história da monocultura seria ignorar a existência de processos permanentes de resistência e reconstrução territorial desenvolvidos pelas populações rurais. Ao longo de sua trajetória, agricultores familiares, comunidades tradicionais, trabalhadores rurais e movimentos sociais construíram diferentes estratégias de permanência no território, preservando conhecimentos, práticas agrícolas e formas coletivas de organização que passaram a constituir importantes referências para a construção de alternativas ao modelo agroexportador. Essas experiências, embora frequentemente invisibilizadas pela narrativa dominante da economia açucareira, representam elementos fundamentais para compreender os processos contemporâneos de diversificação produtiva e fortalecimento da agroecologia.

Nessa perspectiva, a formação histórica da Mata Sul Pernambucana deve ser interpretada como resultado de uma complexa interação entre modelos econômicos, relações sociais, disputas territoriais e processos culturais. As permanências estruturais herdadas da economia canavieira ajudam a explicar não apenas os desafios enfrentados atualmente pela agricultura familiar, mas também a

emergência de novas territorialidades fundamentadas na diversificação produtiva, na valorização dos saberes locais e na construção de estratégias de desenvolvimento territorial mais sustentáveis. É nesse contexto que a agroecologia passa a ocupar lugar de destaque, não apenas como alternativa técnica ao modelo convencional de produção, mas como expressão de novos projetos de sociedade construídos a partir dos sujeitos que vivem e produzem nos territórios rurais.

2.2. A Crise do Setor Sucroenergético, a Agricultura Familiar e a Reconfiguração Territorial da Mata Sul

A economia da Mata Sul de Pernambuco permaneceu, durante grande parte do século XX, fortemente dependente da agroindústria sucroenergética. A especialização produtiva construída ao longo de mais de quatro séculos consolidou uma estrutura econômica altamente vulnerável às oscilações do mercado internacional do açúcar, às mudanças nas políticas agrícolas nacionais e às transformações tecnológicas do setor. Essa dependência fez com que a crise da agroindústria canavieira, intensificada a partir da década de 1990, ultrapassasse a dimensão econômica, desencadeando profundas mudanças na organização social e territorial da região.

Segundo Silva (2012), o encerramento das atividades de diversas usinas provocou uma ruptura significativa na dinâmica produtiva da Mata Sul, resultando na redução dos postos de trabalho, na retração da economia regional e no enfraquecimento das redes de serviços que historicamente gravitaram em torno da produção açucareira. Municípios que estruturavam sua economia quase exclusivamente na monocultura passaram a enfrentar elevados índices de

desemprego, migração rural e fragilização das condições de reprodução social das famílias trabalhadoras.

Entretanto, a crise do setor sucroenergético também abriu espaço para a emergência de novos sujeitos sociais e de novas formas de ocupação do território. A desapropriação de áreas improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) favoreceu a implantação de assentamentos rurais e ampliou o acesso à terra por agricultores familiares anteriormente excluídos do processo produtivo. Embora esse movimento represente um importante avanço na democratização do acesso à terra, Silva (2012) ressalta que a criação dos assentamentos, isoladamente, não foi suficiente para garantir condições estruturais de desenvolvimento, uma vez que muitos desses territórios continuaram enfrentando limitações relacionadas ao crédito, à infraestrutura, à assistência técnica e aos canais de comercialização.

Sob essa perspectiva, a reforma agrária deve ser compreendida não apenas como política de redistribuição fundiária, mas como um processo permanente de reconstrução territorial. O acesso à terra constitui condição fundamental para a reprodução da agricultura familiar; entretanto, sua efetividade depende da articulação entre políticas públicas, organização comunitária, formação, assistência técnica e fortalecimento das capacidades locais. Quando esses elementos não se consolidam de forma integrada, persistem dificuldades para a construção de sistemas produtivos capazes de promover autonomia econômica e sustentabilidade ambiental.

Ao mesmo tempo em que a agricultura familiar ampliava sua presença em parte da Mata Sul, outro movimento passou a redefinir a paisagem regional: a expansão da pecuária extensiva sobre antigas

áreas de cultivo da cana-de-açúcar. Essa transformação alterou significativamente o uso da terra, mas não promoveu mudanças substanciais nas estruturas históricas de concentração fundiária. Em diversos municípios, extensas áreas anteriormente ocupadas pelos canaviais foram convertidas em pastagens, reduzindo a demanda por mão de obra, limitando a diversificação produtiva e intensificando processos de simplificação da paisagem agrícola.

Essa nova configuração territorial evidencia que a substituição de uma atividade econômica por outra não implica, necessariamente, transformações nas relações sociais que estruturam o território. Conforme argumenta Haesbaert (2019), os territórios são permanentemente reconstruídos pelas relações de poder estabelecidas entre diferentes atores sociais. Assim, a expansão da pecuária representa não apenas uma mudança produtiva, mas também uma redefinição das formas de apropriação do espaço, das oportunidades de trabalho e das possibilidades de permanência das populações rurais em seus territórios.

Nesse cenário, observa-se que a região passa a reunir diferentes territorialidades que coexistem e, muitas vezes, entram em tensão. Permanecem áreas fortemente vinculadas à lógica da monocultura e da grande propriedade; expandem-se espaços destinados à pecuária extensiva; consolidam-se assentamentos da reforma agrária; fortalecem-se experiências de agricultura familiar e surgem iniciativas fundamentadas na agroecologia, na diversificação produtiva e na valorização dos recursos locais. Essa diversidade demonstra que o território deixa de ser compreendido como espaço homogêneo, passando a expressar distintas formas de organização econômica, social e cultural.

Essa leitura aproxima-se da concepção de desenvolvimento territorial, segundo a qual o desenvolvimento não resulta apenas do crescimento econômico, mas da capacidade dos sujeitos de construir projetos coletivos capazes de mobilizar recursos, fortalecer instituições e promover formas mais democráticas de gestão do território. Nesse sentido, a crise da agroindústria açucareira pode ser interpretada simultaneamente como expressão das limitações do modelo agroexportador e como oportunidade para o surgimento de novas estratégias de desenvolvimento baseadas na agricultura familiar, na cooperação e na valorização das potencialidades locais.

É justamente nesse contexto que a agroecologia ganha centralidade. A necessidade de construir sistemas produtivos menos dependentes da especialização agrícola, mais resilientes às mudanças econômicas e ambientalmente sustentáveis cria condições para o fortalecimento de experiências fundamentadas na diversificação da produção, na recuperação dos recursos naturais, na valorização dos conhecimentos locais e na organização coletiva das comunidades rurais. Assim, a agroecologia deixa de representar apenas uma alternativa técnica ao modelo convencional e passa a constituir um projeto de transformação territorial comprometido com a construção de novas relações entre sociedade, natureza e desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, a crise do setor sucroenergético não deve ser compreendida apenas como o declínio de uma atividade econômica historicamente dominante. Ela representa um momento de inflexão na trajetória da Mata Sul Pernambucana, no qual diferentes projetos de desenvolvimento passam a disputar espaço no território. De um lado, permanecem modelos produtivos marcados pela concentração da terra e pela baixa diversificação econômica; de

outro, fortalecem-se iniciativas que reconhecem a agricultura familiar, a agroecologia, a cooperação e a participação social como elementos fundamentais para a construção de territórios mais inclusivos, resilientes e sustentáveis.

2.3. Agroecologia, Educação Popular e Construção Social do Conhecimento

A compreensão das transformações territoriais da Mata Sul exige associar a crítica à estrutura fundiária aos processos de aprendizagem e reorganização dos sistemas produtivos. Para Raffestin (1993), o território é produzido por relações sociais e de poder; Haesbaert (2019), por sua vez, destaca a coexistência de territorialidades e as disputas que envolvem a apropriação do espaço. Sob esse prisma, a passagem dos canaviais para as pastagens não representa, por si só, democratização da terra nem superação das desigualdades históricas.

No campo produtivo, Altieri (2012) associa os princípios agroecológicos à biodiversidade funcional e ao aproveitamento dos processos ecológicos, enquanto Gliessman (2009) enfatiza que a transição agroecológica envolve mudanças graduais no manejo e nas relações que sustentam os agroecossistemas. A aplicação desses referenciais à Mata Sul permite discutir a diversificação produtiva não como simples substituição de culturas, mas como alternativa de reorganização das relações entre solo, água, biodiversidade, trabalho e reprodução social das famílias agricultoras.

Entretanto, a mudança produtiva demanda também processos educativos. Ao questionar a lógica da transferência vertical de conhecimentos, Freire (1983) contrapõe a comunicação dialógica à

extensão entendida como transmissão unilateral. De forma convergente, Caporal e Costabeber (2004) defendem uma extensão rural agroecológica de caráter participativo, orientada à construção conjunta de alternativas com os agricultores. Brandão (2006) amplia essa compreensão ao reconhecer o caráter social da aprendizagem e o valor dos conhecimentos elaborados nas experiências comunitárias.

A inovação agroecológica pode, assim, ser compreendida como processo coletivo e situado. Petersen, Weid e Fernandes (2009) destacam a importância da experimentação dos próprios agricultores e das redes de troca de conhecimentos para o fortalecimento de práticas adaptadas a condições locais. Na Mata Sul, esse enfoque reforça o papel de assentamentos, organizações comunitárias, universidades e serviços públicos de extensão rural na construção de alternativas produtivas fundamentadas em autonomia e cooperação.

Por fim, a crítica de Krenak (2019) à concepção de natureza como recurso inesgotável convida a reconsiderar modelos de desenvolvimento baseados na exploração intensiva dos territórios. Articuladas, essas contribuições permitem analisar a agroecologia em três dimensões complementares: a transformação ecológica dos sistemas de produção, a construção compartilhada do conhecimento e a disputa social por projetos territorialmente mais inclusivos. Essas dimensões orientam a análise bibliográfica desenvolvida nas seções seguintes.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. A escolha por esse delineamento metodológico justifica-se pela necessidade de reunir, sistematizar e analisar criticamente a produção científica relacionada às transformações históricas, produtivas, sociais e territoriais da Mata Sul de Pernambuco, bem como às contribuições da agroecologia para a construção de alternativas de desenvolvimento territorial sustentável.

A revisão bibliográfica concentrou-se em obras que abordam a formação histórica da Mata Sul de Pernambuco, a consolidação da monocultura da cana-de-açúcar, a crise do setor sucroenergético, a agricultura familiar, a reforma agrária, a agroecologia, a educação popular, a construção social do conhecimento e o desenvolvimento territorial. Foram considerados livros, artigos científicos, dissertações e documentos acadêmicos diretamente relacionados ao objeto de estudo, priorizando autores reconhecidos nos campos da Agroecologia, da Educação Popular, da Geografia Agrária e do Desenvolvimento Territorial.

O levantamento bibliográfico foi orientado por três eixos analíticos principais: o primeiro voltado à compreensão da formação histórica da Mata Sul e da construção da paisagem canavieira; o segundo direcionado à análise da crise do setor sucroenergético, da emergência da agricultura familiar e da reconfiguração territorial; e o terceiro voltado à discussão da agroecologia como processo produtivo, educativo, político e territorial. Esses eixos permitiram organizar a literatura consultada de forma articulada, favorecendo a interpretação das permanências históricas e das possibilidades de transformação presentes no território.

A análise do material foi realizada por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa das obras selecionadas. Inicialmente, buscou-se identificar os principais conceitos, autores e debates relacionados ao tema. Em seguida, foram selecionadas as contribuições mais pertinentes para a compreensão das relações entre monocultura, crise produtiva, agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento territorial. Por fim, procedeu-se à interpretação crítica do material, buscando estabelecer relações entre os diferentes referenciais teóricos e construir uma análise integrada sobre os desafios e as potencialidades da Mata Sul de Pernambuco.

Por se tratar de uma pesquisa fundamentada exclusivamente em fontes bibliográficas, não houve coleta de dados primários, entrevistas ou participação direta de sujeitos humanos. Dessa forma, o estudo baseou-se apenas em publicações científicas e documentos acadêmicos disponíveis na literatura, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica e mantendo coerência com o caráter de revisão bibliográfica adotado no trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. A Permanência das Desigualdades Territoriais na Mata Sul de Pernambuco

A revisão da literatura demonstra que as transformações ocorridas na Mata Sul de Pernambuco ao longo das últimas décadas não significaram uma ruptura definitiva com as estruturas históricas construídas durante o ciclo da economia açucareira. Embora a crise do setor sucroenergético tenha provocado mudanças significativas na ocupação do espaço rural e favorecido o surgimento de novas formas de uso da terra, permanecem presentes elementos

estruturais relacionados à concentração fundiária, à desigual distribuição dos recursos produtivos e à limitada capacidade de inserção econômica da agricultura familiar.

Conforme discutido por Silva (2012), o fechamento de diversas usinas promoveu alterações profundas na dinâmica econômica regional, especialmente pela redução dos postos de trabalho e pela fragilização das economias municipais historicamente dependentes da cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Entretanto, o declínio da agroindústria não resultou automaticamente na construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. Em muitos casos, antigas áreas agrícolas passaram a ser destinadas à pecuária extensiva ou permaneceram subutilizadas, evidenciando que a mudança da atividade econômica predominante não alterou, necessariamente, as relações históricas de acesso e controle da terra.

Essa permanência das desigualdades confirma a análise de Andrade (2011), segundo a qual a estrutura agrária nordestina foi historicamente organizada para atender aos interesses da grande propriedade monocultora. Mesmo diante das mudanças ocorridas na economia regional, muitos dos mecanismos responsáveis pela concentração fundiária permanecem condicionando a organização do espaço rural, limitando a diversificação produtiva e restringindo as oportunidades de fortalecimento da agricultura familiar.

Sob a perspectiva territorial, Haesbaert (2019) argumenta que os territórios constituem espaços de disputa permanente entre diferentes projetos de desenvolvimento. Essa compreensão permite interpretar a Mata Sul como um território onde coexistem distintas formas de apropriação da terra e diferentes racionalidades produtivas. Enquanto parte da região permanece vinculada à lógica

da grande propriedade e da produção especializada, outras áreas passam a incorporar iniciativas fundamentadas na agricultura familiar, na organização comunitária e em estratégias de diversificação agrícola.

Nesse cenário, torna-se evidente que os desafios enfrentados pela Mata Sul extrapolam questões estritamente produtivas. A construção de alternativas sustentáveis depende da capacidade de promover maior democratização do acesso às políticas públicas, ampliar os processos de organização comunitária e fortalecer mecanismos de participação social que permitam às populações rurais assumir papel protagonista na definição dos projetos de desenvolvimento de seus próprios territórios.

Além disso, a literatura evidencia que o desenvolvimento territorial não pode ser compreendido apenas pelos indicadores econômicos ou pela evolução da produção agrícola. Conforme Raffestin (1993), o território é continuamente produzido pelas relações sociais estabelecidas entre diferentes sujeitos e pelas formas de apropriação dos recursos disponíveis. Assim, compreender a realidade da Mata Sul exige reconhecer que as transformações produtivas observadas nas últimas décadas estão diretamente relacionadas às disputas políticas, às estratégias de organização social e às diferentes concepções de desenvolvimento presentes na região.

Sob essa perspectiva, verifica-se que a agricultura familiar assume importância estratégica não apenas por sua capacidade de produzir alimentos ou gerar renda, mas por contribuir para a construção de novas territorialidades fundamentadas na permanência das famílias no campo, na valorização dos conhecimentos locais e no

fortalecimento das relações comunitárias. Diferentemente da lógica produtiva historicamente associada à monocultura da cana-de-açúcar, essas iniciativas tendem a promover maior diversidade produtiva, maior integração entre os componentes dos agroecossistemas e maior participação dos sujeitos na gestão do território.

Entretanto, a consolidação dessas novas territorialidades permanece condicionada à existência de políticas públicas capazes de integrar assistência técnica, acesso ao crédito, comercialização, educação do campo, pesquisa e extensão rural. A literatura demonstra que, quando essas dimensões não são articuladas de maneira integrada, as experiências da agricultura familiar tendem a enfrentar dificuldades para consolidar processos duradouros de desenvolvimento territorial.

4.2. Agroecologia Como Estratégia de Diversificação Produtiva e Fortalecimento da Agricultura Familiar

Altieri (2012) destaca que a agroecologia se fundamenta na utilização dos processos ecológicos como base para o planejamento dos sistemas agrícolas, favorecendo maior estabilidade ambiental, redução da dependência de insumos externos e aumento da biodiversidade. Entretanto, seus benefícios ultrapassam os aspectos agronômicos. Ao incentivar a diversificação produtiva e a integração entre diferentes componentes do agroecossistema, a agroecologia fortalece a capacidade adaptativa das famílias agricultoras diante das mudanças climáticas, das oscilações de mercado e das limitações impostas pelos modelos convencionais de produção.

Na Mata Sul de Pernambuco, essa perspectiva assume importância estratégica diante do histórico de especialização produtiva associado à economia canavieira. Durante décadas, a organização do território esteve orientada pela produção de uma única cultura agrícola, restringindo a diversidade de atividades econômicas e limitando a autonomia das comunidades rurais. A diversificação promovida pelos princípios agroecológicos rompe com essa lógica ao estimular sistemas produtivos capazes de integrar culturas alimentares, espécies florestais, criação animal e conservação dos recursos naturais, ampliando simultaneamente a segurança alimentar, a geração de renda e a sustentabilidade ambiental.

Segundo Gliessman (2009), a transição agroecológica deve ser compreendida como um processo gradual de reorganização dos agroecossistemas, iniciado pela redução da dependência de insumos externos e culminando na transformação das relações estabelecidas entre produção, consumo e sociedade. Essa abordagem permite compreender que a adoção de práticas agroecológicas não ocorre de forma imediata, mas resulta de processos permanentes de experimentação, adaptação e aprendizagem desenvolvidos pelos próprios agricultores em interação com instituições de pesquisa, assistência técnica e organizações sociais.

Caporal e Costabeber (2004) ressaltam que a agroecologia fortalece processos de autonomia ao reduzir a dependência dos agricultores em relação aos insumos industriais e aos mercados convencionais. A utilização de recursos disponíveis na própria unidade produtiva, associada ao manejo ecológico dos agroecossistemas, amplia a capacidade das famílias de controlar seus processos produtivos, reduzindo custos e aumentando a resiliência dos sistemas agrícolas.

Essa autonomia, entretanto, não possui apenas dimensão econômica; ela fortalece também a capacidade de organização social e de participação política das comunidades rurais.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se ao papel desempenhado pela diversidade biológica na estabilidade dos agroecossistemas. Sistemas produtivos diversificados apresentam maior capacidade de conservação do solo, proteção dos recursos hídricos, ciclagem de nutrientes e controle natural de pragas e doenças, reduzindo significativamente a necessidade de intervenções químicas. Essa característica torna a agroecologia particularmente relevante em regiões historicamente submetidas a intensos processos de degradação ambiental, como ocorreu em grande parte da Mata Sul durante a expansão da monocultura canavieira.

Entretanto, a diversificação produtiva não deve ser compreendida apenas como estratégia ecológica. Ela representa também uma forma de reorganização econômica dos territórios rurais. Ao ampliar o número de produtos comercializados, reduzir riscos associados às oscilações de mercado e estimular circuitos curtos de comercialização, a agricultura familiar fortalece sua capacidade de permanência no campo e amplia sua contribuição para o desenvolvimento local. Dessa forma, a diversificação torna-se elemento fundamental para a construção de economias territoriais mais resilientes e menos dependentes de cadeias produtivas concentradoras.

Além dos impactos econômicos e ambientais, a literatura demonstra que experiências agroecológicas fortalecem processos de cooperação entre agricultores, estimulando o intercâmbio de

sementes, conhecimentos, tecnologias e estratégias de comercialização. Essas relações contribuem para ampliar o capital social existente nos territórios, favorecendo o surgimento de redes de colaboração capazes de potencializar iniciativas coletivas de desenvolvimento rural.

4.3. Agroecologia Como Processo Educativo e Construção Coletiva do Conhecimento

Historicamente, a modernização da agricultura foi acompanhada pela consolidação de modelos de extensão rural fundamentados na transferência vertical de tecnologias, nos quais o conhecimento científico ocupava posição hierarquicamente superior aos saberes produzidos pelas populações rurais. Essa lógica, amplamente difundida durante a Revolução Verde, compreendia os agricultores como receptores de inovações elaboradas por centros de pesquisa, reduzindo sua participação nos processos de tomada de decisão e limitando sua autonomia na condução dos sistemas produtivos.

Em contraposição a essa perspectiva, Paulo Freire (1983), ao discutir a relação entre extensão e comunicação, afirma que o processo educativo somente se concretiza quando ocorre por meio do diálogo entre sujeitos que compartilham diferentes formas de compreender a realidade. Para o autor, o conhecimento não pode ser concebido como algo transferido de um indivíduo para outro, mas como resultado de um processo coletivo de reflexão, problematização e construção compartilhada. Essa compreensão representa uma ruptura significativa com os modelos tradicionais de assistência técnica, influenciando profundamente o pensamento agroecológico contemporâneo.

Caporal e Costabeber (2004) destacam que a extensão rural agroecológica deve ser compreendida como um processo educativo comprometido com a emancipação dos sujeitos e com o fortalecimento de sua capacidade de interpretar criticamente a realidade. Diferentemente da assistência técnica convencional, cuja preocupação concentra-se na difusão de tecnologias padronizadas, a extensão agroecológica busca criar espaços permanentes de aprendizagem, nos quais agricultores e técnicos constroem conjuntamente estratégias adaptadas às especificidades ecológicas, econômicas e culturais de cada território.

Essa perspectiva aproxima-se da compreensão apresentada por Brandão (2006), para quem a aprendizagem constitui um fenômeno social construído nas práticas cotidianas das comunidades. O autor ressalta que os processos educativos extrapolam os espaços formais de ensino, manifestando-se nas relações de trabalho, nas formas de organização comunitária, na convivência entre gerações e no compartilhamento das experiências acumuladas ao longo do tempo. Assim, o território transforma-se simultaneamente em espaço de produção agrícola e em espaço permanente de formação humana.

A reflexão de Krenak (2019) contribui para esse debate ao questionar a separação entre humanidade e natureza e a ideia de desenvolvimento baseada na exploração ilimitada dos territórios. Ao valorizar a diversidade dos modos de vida e as relações de pertencimento com o ambiente, o autor oferece uma perspectiva crítica que dialoga com a agroecologia e com os conhecimentos produzidos por povos e comunidades em suas experiências territoriais. Nessa aproximação, a construção do conhecimento não se restringe à transmissão de técnicas: envolve reconhecer

diferentes formas de compreender, habitar e cuidar dos territórios, sem apagar as especificidades dos saberes camponeses e indígenas.

No âmbito da agricultura familiar, Petersen, Weid e Fernandes (2009) demonstram que os processos de inovação agroecológica apresentam maior capacidade de consolidação quando fundamentados na experimentação realizada pelos próprios agricultores. A observação sistemática dos agroecossistemas, o intercâmbio de experiências, a adaptação das tecnologias às condições locais e a valorização dos conhecimentos historicamente construídos fortalecem a autonomia das comunidades e ampliam sua capacidade de responder aos desafios ambientais, econômicos e sociais.

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, essa construção compartilhada do conhecimento fortalece processos de cooperação entre agricultores, instituições de pesquisa, universidades, serviços de assistência técnica, organizações não governamentais e movimentos sociais. O conhecimento passa a circular em redes horizontais, ampliando a capacidade dos territórios de produzir inovação social, fortalecer suas organizações e consolidar estratégias coletivas de desenvolvimento.

Ao considerar a realidade da Mata Sul de Pernambuco, essa abordagem revela especial relevância. Em um território historicamente marcado pela concentração da terra, pela especialização produtiva e pela centralização das decisões econômicas, a valorização dos saberes locais e da participação comunitária representa importante estratégia para ampliar a capacidade de organização das populações rurais e fortalecer iniciativas comprometidas com a sustentabilidade. A agroecologia,

nesse contexto, configura-se como um projeto de transformação territorial que articula produção agrícola, conservação ambiental, educação popular e construção coletiva do conhecimento, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de participar ativamente da construção do futuro de seus territórios.

4.4. Assistência Técnica, Organização Social e Inovação Territorial na Construção da Agroecologia

Historicamente, a assistência técnica brasileira foi estruturada segundo uma lógica difusionista, fundamentada na modernização da agricultura e na transferência vertical de tecnologias. Essa abordagem, predominante durante grande parte do século XX, priorizou o aumento da produtividade agrícola mediante a adoção de pacotes tecnológicos padronizados, frequentemente desconsiderando as especificidades ambientais, culturais e socioeconômicas dos diferentes territórios rurais. Como consequência, muitos agricultores familiares passaram a depender de tecnologias externas, reduzindo sua autonomia e sua capacidade de adaptação às realidades locais.

A partir das contribuições da agroecologia e da Educação Popular, essa concepção passa a ser questionada. Caporal e Costabeber (2004) defendem que a extensão rural deve assumir caráter educativo e participativo, reconhecendo os agricultores como sujeitos capazes de produzir conhecimentos e construir soluções para os desafios enfrentados em seus territórios. Nessa perspectiva, o papel do extensionista deixa de estar associado à simples difusão de recomendações técnicas e passa a envolver processos de facilitação, mediação e construção compartilhada do conhecimento.

Essa mudança representa uma redefinição do próprio conceito de inovação. Tradicionalmente, a inovação agrícola foi compreendida como incorporação de tecnologias desenvolvidas em centros de pesquisa e posteriormente transferidas aos agricultores. Entretanto, sob a perspectiva agroecológica, a inovação emerge da interação entre diferentes sujeitos, sendo continuamente construída a partir da experimentação, da observação, do intercâmbio de experiências e da capacidade das comunidades de adaptar tecnologias às suas condições ecológicas e socioculturais.

Nesse contexto, a organização social desempenha papel central. Associações comunitárias, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais e redes de agricultores constituem importantes espaços de circulação do conhecimento, fortalecimento da identidade coletiva e construção de estratégias compartilhadas de desenvolvimento. Essas organizações ampliam a capacidade de negociação das comunidades, favorecem o acesso às políticas públicas e fortalecem mecanismos locais de governança territorial.

Petersen, Weid e Fernandes (2009) destacam que os processos de inovação agroecológica apresentam maior consistência quando sustentados por redes de cooperação entre agricultores, instituições de pesquisa, universidades, organizações não governamentais e serviços públicos de assistência técnica. Essas redes possibilitam a troca permanente de experiências, ampliam a circulação de conhecimentos e fortalecem ambientes favoráveis à experimentação coletiva. Dessa forma, a inovação deixa de ser compreendida como resultado de iniciativas individuais e passa a constituir patrimônio construído socialmente.

Na realidade da Mata Sul de Pernambuco, essa articulação institucional torna-se particularmente relevante diante da complexidade dos desafios herdados da economia açucareira. A permanência de desigualdades fundiárias, a fragilidade de parte das organizações locais, a necessidade de recuperação ambiental e as dificuldades de inserção econômica da agricultura familiar evidenciam que os processos de desenvolvimento territorial exigem ações integradas entre diferentes atores sociais. A atuação isolada de qualquer instituição mostra-se insuficiente para responder às múltiplas dimensões desses desafios.

Outro aspecto evidenciado pela literatura refere-se à necessidade de políticas públicas capazes de garantir continuidade aos processos de transição agroecológica. Experiências bem-sucedidas demonstram que iniciativas de curta duração tendem a produzir impactos limitados quando não são acompanhadas por investimentos em formação, assistência técnica continuada, crédito, comercialização, infraestrutura e fortalecimento das organizações locais. A agroecologia, portanto, não pode ser compreendida como conjunto de projetos isolados, mas como estratégia permanente de desenvolvimento rural.

Essa compreensão amplia significativamente a noção de inovação territorial. Diferentemente da inovação tecnológica convencional, centrada na introdução de equipamentos ou insumos, a inovação territorial fundamenta-se na capacidade dos territórios de mobilizar seus recursos materiais e imateriais, fortalecer suas organizações e construir respostas coletivas para os desafios locais. O conhecimento, a cooperação, a identidade cultural e a participação social passam a ser reconhecidos como recursos estratégicos para o desenvolvimento.

4.5. Perspectivas para a Transição Agroecológica e o Desenvolvimento Territorial na Mata Sul de Pernambuco

Ao analisar diferentes experiências apresentadas na literatura, observa-se que os processos de transição agroecológica apresentam maior capacidade de consolidação quando articulam quatro dimensões fundamentais: a diversificação produtiva, a organização social, a construção compartilhada do conhecimento e a continuidade das políticas públicas. Essas dimensões atuam de maneira complementar, fortalecendo simultaneamente a autonomia econômica das famílias agricultoras, a conservação dos recursos naturais e a capacidade organizativa das comunidades rurais.

Entre essas dimensões, a organização social destaca-se como elemento estruturador da inovação territorial. Associações, cooperativas, grupos produtivos, movimentos sociais e demais organizações comunitárias constituem espaços privilegiados de aprendizagem coletiva, planejamento participativo e fortalecimento das identidades territoriais. A literatura demonstra que territórios com maior capacidade de articulação social apresentam melhores condições para acessar políticas públicas, estabelecer redes de comercialização e construir processos permanentes de inovação.

Outro aspecto recorrente refere-se ao fortalecimento da juventude rural e das mulheres como sujeitos estratégicos da transição agroecológica. Diversos estudos apontam que a permanência das novas gerações no campo depende não apenas da viabilidade econômica das unidades produtivas, mas da existência de oportunidades de formação, participação política, valorização cultural e geração de renda compatíveis com seus projetos de vida.

Nesse sentido, a agroecologia amplia as possibilidades de inclusão social ao favorecer atividades diversificadas, agregação de valor à produção, agroindustrialização familiar, comercialização em mercados locais e fortalecimento das economias solidárias.

A literatura também evidencia que a consolidação da agroecologia exige a construção de políticas públicas intersetoriais. Programas de assistência técnica e extensão rural, crédito rural, compras institucionais, educação do campo, pesquisa participativa e conservação ambiental produzem resultados mais consistentes quando desenvolvidos de forma integrada. A fragmentação dessas políticas reduz sua efetividade e dificulta a consolidação de processos duradouros de desenvolvimento territorial.

Nesse cenário, o papel das instituições de ensino e pesquisa torna-se particularmente relevante. Universidades, institutos federais e centros públicos de pesquisa contribuem não apenas para a geração de novos conhecimentos científicos, mas também para a formação de profissionais comprometidos com abordagens participativas e territorializadas do desenvolvimento rural. A aproximação entre ensino, pesquisa, extensão e comunidades fortalece processos de aprendizagem mútua, amplia a circulação do conhecimento e favorece a construção de soluções compatíveis com as especificidades de cada território.

Sob essa perspectiva, a extensão rural agroecológica assume função estratégica como elemento articulador entre diferentes sujeitos e instituições. Sua atuação ultrapassa a dimensão técnica e passa a contribuir para o fortalecimento das capacidades locais, para a valorização dos saberes tradicionais e para a consolidação de processos educativos permanentes orientados pela autonomia das

comunidades rurais. Assim, a extensão deixa de representar um mecanismo de difusão tecnológica e passa a constituir um instrumento de mediação social e fortalecimento da governança territorial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliográfica permitiu compreender que a trajetória histórica da Mata Sul de Pernambuco permanece fortemente condicionada pelos processos de ocupação territorial estabelecidos desde a consolidação da economia açucareira. A monocultura da cana-de-açúcar estruturou não apenas a base econômica regional, mas também as relações sociais, a distribuição da terra, os padrões de uso dos recursos naturais e as formas de organização política que ainda influenciam a dinâmica do desenvolvimento rural. Mesmo diante da crise do setor sucroenergético e das transformações produtivas observadas nas últimas décadas, verificou-se que muitos dos desafios historicamente construídos permanecem presentes, evidenciando que a simples substituição de atividades econômicas não é suficiente para alterar as estruturas sociais e territoriais consolidadas ao longo do tempo.

Nesse contexto, a agroecologia mostrou-se muito mais do que uma alternativa tecnológica aos sistemas convencionais de produção. A literatura analisada evidencia que ela constitui um campo científico, político, educativo e social capaz de integrar conservação ambiental, fortalecimento da agricultura familiar, valorização dos saberes locais e construção de processos participativos de desenvolvimento territorial. Ao reconhecer agricultores, extensionistas, pesquisadores, movimentos sociais e instituições públicas como sujeitos da

construção coletiva do conhecimento, a agroecologia rompe com perspectivas difusionistas da assistência técnica e fortalece formas democráticas de produção e compartilhamento do conhecimento.

Os resultados desta revisão também evidenciam que a consolidação da agroecologia na Mata Sul de Pernambuco exige políticas públicas articuladas e permanentes. A assistência técnica e extensão rural de base agroecológica, o acesso ao crédito, os programas de comercialização, a educação do campo, a pesquisa participativa e o fortalecimento das organizações sociais constituem dimensões complementares de um mesmo processo de desenvolvimento. A ausência de integração entre essas políticas limita significativamente a capacidade dos territórios de construir alternativas sustentáveis ao modelo historicamente dominante.

Ao responder ao objetivo proposto, conclui-se que a compreensão das transformações ocorridas na Mata Sul de Pernambuco exige uma abordagem que ultrapasse as análises centradas exclusivamente nas mudanças produtivas. O território deve ser compreendido como resultado das relações históricas, sociais, culturais e políticas estabelecidas entre diferentes sujeitos, sendo a agroecologia uma estratégia capaz de articular essas múltiplas dimensões na construção de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento rural.

Por fim, este estudo contribui para ampliar o debate acerca das possibilidades de reconstrução territorial em regiões historicamente marcadas pela monocultura e pela concentração fundiária, evidenciando que a agroecologia representa não apenas um modelo de produção agrícola, mas um projeto de transformação social fundamentado na justiça socioambiental, na valorização da

diversidade cultural e na democratização do conhecimento. Espera-se que as reflexões aqui apresentadas estimulem novas pesquisas sobre a Mata Sul de Pernambuco, especialmente estudos que articulem investigação empírica, participação comunitária e sistematização de experiências agroecológicas, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento territorial sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. História das usinas de açúcar de Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CALAZANS, Marcondes José Torres; LINS, Sandra Pereira Almeida; SOUTO, Cristiane Félix da Silva; CALADO, Erika Fabrícia Ramos Neves; SÁ, Roberto Araújo. Engenho Paul: história e memória de Pernambuco para valorização do bioma Mata Atlântica. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2023, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF, 2004.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PETERSEN, Paulo; WEID, Jean Marc von der; FERNANDES, Gabriel Bianconi. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Edson João da. História de Pernambuco: Colônia e Império. Recife: EDUPE, 2020.

SILVA, José Roberto da. Reestruturação produtiva, crise do setor sucroalcooleiro e emergência da agricultura familiar na Mata Sul de Pernambuco. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

¹ Doutorando do PPGADT/UFRPE (Agroecologia e Desenvolvimento Territorial). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP/UFRPE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Doutoranda do PPGADT/UFRPE (Agroecologia e Desenvolvimento Territorial). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Doutoranda do PPGADT/UFRPE (Agroecologia e Desenvolvimento Territorial). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Doutoranda do PPGADT/UFRPE (Agroecologia e Desenvolvimento Territorial). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Doutoranda do PPGADT/UFRPE (Agroecologia e Desenvolvimento Territorial). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁷ Doutoranda do PPGADT/UFRPE (Agroecologia e Desenvolvimento Territorial). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁸ Doutorando do PPGADT/UFRPE (Agroecologia e Desenvolvimento Territorial). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁹ Professora da UNINASSAU. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)